

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE GRADUAÇÃO CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MICHELE MACHADO

**CONTROLES INTERNOS – UMA ABORDAGEM DAS FERRAMENTAS DE
CONTROLE UTILIZADAS VIA ERP PARA ATENDER A DEMANDA DE UMA
INDÚSTRIA DE CONFECÇÃO LOCALIZADA NA REGIÃO SUL DE SANTA
CATARINA**

CRICIÚMA

2016

MICHELE MACHADO

**CONTROLES INTERNOS – UMA ABORDAGEM DAS FERRAMENTAS DE
CONTROLE UTILIZADAS VIA ERP PARA ATENDER A DEMANDA DE UMA
INDÚSTRIA DE CONFECÇÃO LOCALIZADA NA REGIÃO SUL DE SANTA
CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Professor Esp. Luciano da Rocha Ducioni.

CRICIÚMA

2016

MICHELE MACHADO

**CONTROLES INTERNOS – UMA ABORDAGEM DAS FERRAMENTAS DE
CONTROLE UTILIZADAS VIA ERP PARA ATENDER A DEMANDA DE UMA
INDÚSTRIA DE CONFECÇÃO LOCALIZADA NA REGIÃO SUL DE SANTA
CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Auditoria.

Criciúma, 28 de Junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Luciano da Rocha Ducioni – Especialista – UNESC – Orientador

Vitor Valentin Piuco Ghellere – Especialista – UNESC - Examinador

Dedico este trabalho primeiramente a Deus por estar sempre ao meu lado e me fazer capaz, aos meus pais e aos meus irmãos agradeço por todo apoio, incentivo e compreensão durante esta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder o dom da vida, conduzir os meus passos, e por todas as conquistas e obstáculos vencidos ao longo desses anos.

Aos meus pais Edemir e Izabel e aos meus irmãos Renato e Willian, pelo amor, compreensão e apoio dedicados a mim, por fazerem parte da minha vida e estarem ao meu lado nos momentos em que precisei.

Aos meus colegas do curso de Ciências Contábeis pela troca de conhecimentos, pelo apoio e pelos momentos compartilhados no decorrer da faculdade.

Agradeço ao meu orientador Luciano da Rocha Ducioni, que me acompanhou e repassou seu conhecimento para a realização deste trabalho, assim como todos os professores do curso de Ciências Contábeis que contribuíram para minha formação.

Aos meus colegas de trabalho, agradeço pelo apoio, companheirismo e contribuição oferecida para a realização do trabalho.

Enfim, aos que contribuíram direta ou indiretamente nesses anos de aprendizado e na elaboração desse trabalho, a todos vocês a minha mais sincera gratidão.

**“Há mais pessoas que desistem do que
pessoas que fracassam.”**

Henry Ford

RESUMO

MACHADO, Michele. **Controles Internos – Uma Abordagem das Ferramentas de Controle Utilizadas via ERP para Atender a Demanda de uma Indústria de Confecção Localizada na Região Sul de Santa Catarina.** 2016. 54 p. Orientador: Esp. Luciano da Rocha Ducioni. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma – SC.

As organizações vêm buscando melhorias, dentre elas, analisar seus processos, rever decisões e levantar a melhor forma de conduzir seus negócios. O mercado atual exige das empresas adaptação e uma constante evolução para satisfazer seus clientes que cada vez mais possuem oferta e poder da informação, seus diretores que buscam resultados com processos mais ágeis e eficientes e ao governo que impõe as regras e leis a serem seguidas. Neste contexto se encaixa a auditoria, tanto externa quanto interna e os controles, que visam monitorar, melhorar e certificar-se da exatidão de todos os processos e demonstrativos das entidades. O objetivo geral deste estudo foi apresentar os principais aspectos relacionados aos controles internos e levantar os procedimentos utilizados via ERP pelo setor de contabilidade de uma empresa do ramo de confecção e comércio de artigos do vestuário. Este estudo apresenta fundamentação teórica, baseada na pesquisa bibliográfica realizada, visando abordar a auditoria externa, auditoria interna, bem como os aspectos dos controles internos. No estudo de caso, desenvolve-se o levantamento das ferramentas de controle utilizadas pela entidade estudada e apresentam-se as melhorias percebidas para implantação. Diante dos resultados obtidos, o estudo atinge o objetivo principal proposto.

Palavras-chave: Auditoria. Controles Internos. Sistemas de Informação.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Partidas não compensáveis	33
Figura 2 - Partida não compensada	33
Figura 3 - Partida compensada	34
Figura 4 - Requisição de compra	36
Figura 5 - Mensagem de erro	40
Figura 6 - Conta salários a pagar	45

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO DA PESQUISA	10
1.2 OBJETIVOS	11
1.3 JUSTIFICATIVA	11
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 AUDITORIA	13
2.1.1 Origem da Auditoria	14
2.1.2 Tipos de Auditoria	15
2.1.2.1 Auditoria Externa	16
2.1.2.2 Auditoria Interna	17
2.2 PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE AUDITORIA INTERNA E AUDITORIA EXTERNA	18
2.3 CONTROLES INTERNOS	20
2.3.1 Conceitos e objetivos	21
2.3.2 Relevância dos controles internos	22
2.3.3 Tipos de controles internos	23
2.3.4 Princípios fundamentais dos controles internos	24
2.4 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	25
2.4.1 ERP – Sistema Integrado de Gestão Empresarial	26
2.4.2 Caracterização do Sistema de Informação Integrado	26
2.5 SETOR TÊXTIL E DE CONFECÇÃO	27
3 METODOLOGIA	29
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	29
3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA	30
4 ESTUDO DE CASO	31
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA	31
4.2 CARACTERIZAÇÃO DO ERP UTILIZADO PELA EMPRESA	31
4.3 LEVANTAMENTO DOS MÉTODOS UTILIZADOS PELA EMPRESA	32
4.3.1 Processo de conciliação das contas contábeis	32
4.3.1.1 Conciliação bancária	34
4.3.2 Entradas das notas fiscais	35

4.3.3 Ambiente de qualidade	37
4.3.4 Contas bloqueadas para lançamentos manuais	38
4.3.5 Bloqueio das contas usadas para a apuração de PIS/COFINS	39
4.3.6 Bloqueio para lançamentos incorretos	39
4.3.7 Lançamentos pré-editados.....	41
4.3.8 Apropriação de seguros	41
4.3.9 Custos	42
4.3.10 Outras ferramentas	43
4.3.10.1 Conferência do faturamento	43
4.3.10.2 Conferência das entradas de imobilizado.....	44
4.4 PROPOSTA DE MELHORIAS NAS FERRAMENTAS UTILIZADAS PELA EMPRESA.....	44
4.4.1 Melhoria na conciliação das contas contábeis.....	44
4.4.2 Melhoria nas entradas das notas fiscais.....	45
4.4.3 Melhoria para o bloqueio de lançamentos incorretos.....	46
4.4.4 Melhoria na conferência do faturamento	47
4.4.5 Melhoria na conferência da movimentação do ativo imobilizado.....	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS.....	51

1 INTRODUÇÃO

Apresenta-se neste capítulo o tema e o problema para elaboração da pesquisa. Na sequência o objetivo geral, os objetivos específicos e a justificativa, que tem como propósito identificar os controles internos utilizados via ERP por uma empresa de confecção localizada no Sul de Santa Catarina e descrever o foco e a importância do trabalho.

1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO DA PESQUISA

No atual cenário econômico do universo empresarial, as organizações estão sendo cada vez mais obrigadas a buscar formas mais eficientes de gerir, analisar e controlar seus processos e resultados. Diretamente ligado a este fator está além da busca por melhorias, a capacidade de sobrevivência em um mercado competitivo. Além disso, deve-se levar em consideração as constantes alterações na legislação brasileira e adaptar-se a elas. Todos estes fatores exigem mais dos profissionais e das organizações.

Diante deste quadro, apresentam-se os controles internos implantados nas empresas, que com o conhecimento adequado dos profissionais, aliado à tecnologia da informação, permitem que as empresas criem controles eficientes e que assegurem qualidade e veracidade nos processos utilizados e conseqüentemente nas demonstrações utilizadas não só pela contabilidade, mas também pelos sócios, auditores e a quem os interessar.

Considerando-se a relevância dos controles internos, objetiva-se, nesta pesquisa, evidenciar o papel desses controles dentro de uma organização, seus processos e de que forma auxiliam a empresa.

O tema escolhido tem o objetivo de demonstrar e avaliar os controles internos, e responder a seguinte indagação: Quais as ferramentas e controles utilizados para atender uma empresa de confecção via ERP?

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral desse trabalho consiste em identificar os principais aspectos relacionados aos controles internos utilizados no setor contábil, via ERP, em uma indústria do ramo de confecção e comércio de roupas.

Para atingir o objetivo geral, têm-se os objetivos específicos:

- Abordar os aspectos teóricos que fundamentam auditoria externa, auditoria interna e controles internos;
- Diagnosticar os procedimentos utilizados via ERP pela organização;
- Sugerir melhorias para implantação de ações nos processos utilizados.

1.3 JUSTIFICATIVA

Em uma organização, faz-se necessário que seus vários setores façam parte de um único todo, reunindo esforços coletivos para alcançar melhores resultados, torna-se de extrema importância a existência de um setor atento às oportunidades de melhorias que possam, eventualmente, surgir e serem aplicadas.

As empresas crescem constantemente, expandindo suas atividades, inaugurando novas filiais, diversificando e aumentando sua produção e administração, adquirindo novos compromissos junto à comunidade, fornecedores, clientes e colaboradores. Neste sentido, despertam preocupações em controlar, analisar e obter informações por meio de pessoas independentes daquelas que executam as tarefas. É então que o controle interno entra como um consultor de negócios, e auditor dos processos, atento às novas tendências do mercado em que a empresa atua, procurando participar de forma significativa no desenvolvimento de estratégias de ação em um ambiente competitivo, buscando melhores resultados para a organização.

O controle interno deve analisar, propor melhorias e ajudar as suas empresas a eliminar desperdícios, identificar erros, simplificar tarefas e reduzir custos, e também avaliar as políticas, planos, procedimentos e normas legais em vigor e detectar os desvios de sua aplicação pela organização.

É neste contexto que os controles se constituem como uma ferramenta de apoio à gestão, auxiliando a organização a alcançar seus objetivos. Além disso, esta pesquisa torna-se importante na contribuição para o conhecimento dos controles

internos na base teórica e também para identificar os métodos utilizados na organização estudada, para aprofundar o conhecimento, conhecer as ferramentas utilizadas e analisar a possível necessidade de mudança nas mesmas.

A relevância desse estudo esta na evidenciação da importância dos controles internos para as empresas, por meio de um estudo de caso realizado em uma empresa localizada na região sul de SC, visando demonstrar a contribuição que esses controles oferecem a organização. Neste estudo espera-se também servir como apoio para outras empresas que busquem conhecer e implantar essas ferramentas e também acrescentar conhecimento aos acadêmicos do curso de Ciências Contábeis.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Após a parte introdutória, este estudo está organizado de acordo com as seguintes etapas: fundamentação teórica; procedimentos metodológicos; análises e discussão dos resultados empíricos; e considerações finais. A fundamentação teórica reúne a revisão da literatura com estudos teóricos e empíricos acerca da auditoria e controles internos da corporação e as suas características. A ênfase é no controle interno nas organizações empresariais.

Em seguida, apresentam-se os procedimentos metodológicos com o método, abordagem, objetivos, estratégia e técnicas de pesquisa. Posteriormente, são discutidos os resultados e finalmente, são apresentadas as conclusões, limitações do trabalho e sugestões para pesquisas futuras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo apresenta-se a contribuição teórica para uma melhor compreensão do tema escolhido, apresenta-se a caracterização e conceitos que envolvem o assunto, na qual essa pesquisa torna-se fundamental para chegar ao estudo de caso.

Este capítulo tem por objetivo, conceituar auditoria, controles internos, sistemas de informação e sua importância para a empresa e seu desenvolvimento.

2.1 AUDITORIA

A auditoria, de um modo sintético, é o estudo e avaliação dos procedimentos utilizados e averiguação das demonstrações contábeis, registros e operações financeiras e contábeis de uma determinada entidade, a fim de que ela se enquadre às normas e a legislação pertinente.

Segundo Hoog e Carlin (2008) as empresas que contratam o serviço de auditoria são mais apreciadas em seu mercado, sendo que os auditores quando executam seu trabalho acabam sendo avalistas das informações que a empresa apresenta.

Observa-se que a empresa que possui auditoria passa uma maior segurança ao mercado e aos envolvidos no seu negócio, pois os auditores acabam se comprometendo também com a entidade quando executam seus trabalhos.

Hoog (2007, p. 65) afirma que:

Auditoria contábil é o procedimento científico relativo à certificação dos elementos da riqueza azidental, normalmente contabilizados nas fundações, associações, sociedades empresária e simples. Assegurando a credibilidade das informações das peças contábeis e a integridade do conjunto de bens e obrigações e da situação líquida, visa a minimização ou eliminação dos riscos fiscais, societários, ambientais, trabalhistas, previdenciários, sistêmicos ou não da ambiência.

Na busca cada vez maior por seu lugar no mercado econômico, as empresas investem em auditoria e em diversas formas de controle. Conservar os registros de maneira correta para a certificação, tentar evitar as fraudes que estão cada vez mais comuns dentro das empresas, e também na maioria das vezes por uma obrigação legal, são os motivos mais importantes ligados à procura pela auditoria.

Hoog e Carlin (2009) apontam que de maneira geral, a auditoria é uma averiguação das demonstrações financeiras, com a finalidade de se certificar que essas operações estão de acordo com os princípios contábeis, com as regras estabelecidas pela administração, ou com qualquer norma que foi imposta a empresa.

Pode-se perceber que a auditoria está diretamente ligada a certificação da execução correta dos procedimentos empresariais e contábeis, para que a organização tenha segurança em seus resultados apresentados.

2.1.1 Origem da Auditoria

Conforme literaturas disponíveis, não se sabe de forma clara quando se iniciou a história da auditoria, mas pode-se dizer que ela surgiu quando o homem percebeu a necessidade de validar e controlar suas contas, seus bens, e obter informações de tudo o que possuía.

Em meados do século XVII, a Inglaterra era dominadora dos mares, e possuía controle do comércio mundial, por estes motivos foi o país que mais desenvolveu a auditoria, por possuir grandes companhias de comércio e aplicar tributos sobre o lucro dessas empresas (CASTRO, 2013).

A auditoria tornou-se elemento importante a ser utilizado, visto que trazia confiança aos trabalhos executados e monitorados por essa ferramenta.

Araújo, Arruda e Barreto (2008) relatam que a origem da auditoria e o seu crescimento deve-se principalmente as seguintes fases hipotéticas: a acumulação de bens, formando patrimônio; a dificuldade de gerir seu patrimônio; e a necessidade de um terceiro para auxiliar nesse controle.

Atualmente pode-se identificar que a auditoria é vista como uma atividade de assessoramento e confiabilidade, sendo que uma das principais finalidades é garantir que os controles sejam realizados de forma adequada e que os processos sejam corretamente executados.

Castro (2013, p. 433) ainda afirma que:

As empresas não demoraram a perceber que poderiam reduzir seus gastos com auditoria externa, criando um serviço contínuo de conferência e revisão interna. A melhoria nos controles internos reduziu os riscos do trabalho dos auditores externos, que se beneficiaram com o fato de poderem se dedicar, exclusivamente, ao exame da situação econômico-financeira das empresas.

Todos esses fatores fortalecem o mecanismo dessa profissão que possui extrema importância para uma organização e também para a alta administração na tomada de decisões.

2.1.2 Tipos de Auditoria

A auditoria pode ser classificada em duas formas de realização: externa ou interna. As duas trabalham para o mesmo fim, a averiguação e adequação dos processos da empresa. A externa é realizada por profissional independente que pode ser contratado pela empresa, mas sem possuir vínculo empregatício.

Segundo Araújo, Arruda e Barreto (2008) a auditoria externa pode ser definida como a auditoria que é realizada por profissionais que não possuem ligação com a entidade auditada, que permite um relatório sobre a regularidade das operações realizadas na empresa.

Além de detectar eventuais falhas e apontar em seu relatório, o auditor externo pode recomendar medidas de correção a serem tomadas.

Já a auditoria interna é realizada pelos próprios funcionários da entidade, e então além dos resultados contábeis, visa verificar as tarefas operacionais, por meio de controles internos.

Desta forma Araújo, Arruda e Barreto (2008) afirmam que a auditoria interna não necessariamente fixa-se aos aspectos contábeis de uma organização, podendo aprofundar-se mais no setor operacional, e preferencialmente é realizada por uma equipe interdisciplinar.

Os dois tipos de auditoria estão ligados, e é importante que troquem informações e colaborem para que tudo seja executado da maneira que se espera pela entidade e pelas exigências legais.

Sobre o compartilhamento das informações entre auditores externos e internos Crepaldi (2009, p. 40) afirma que

se dará por meio de contatos verbais, relatórios ou memorandos. Para tanto, deve haver combinação prévia quanto ao pleno acesso aos relatórios e papéis de trabalho, reciprocamente. Essa evidência torna-se importante para auditores independentes pela necessidade de comprovarem os trabalhos realizados e o grau de utilização dos trabalhos dos auditores internos.

Percebe-se que os dois trabalhos de auditoria contribuem um para o outro, e a interação entre eles traz benefícios para quem os utiliza. Por este motivo, a empresa pode optar por manter uma estrutura de auditoria interna e também contratar um auditor externo. Desta forma, a entidade estará melhor preparada e poderá dar suporte ao auditor externo que conseguirá executar uma opinião com segurança.

2.1.2.1 Auditoria Externa

Auditoria externa ou auditoria independente, é realizada por um profissional sem vínculo empregatício com a entidade auditada.

Conforme Cherman (2005) o procedimento da auditoria é um conjunto de práticas que possibilita ao auditor obter evidências ou as provas necessárias para embasar sua opinião a respeito das demonstrações contábeis examinadas.

Como vimos, o auditor externo faz seu exame, com as provas que o mesmo julgar necessárias e suficientes para atestar sua opinião com segurança.

Araújo, Arruda e Barreto (2008) expõem que o auditor não deve ser convencido por fatores desconhecidos, por preconceito ou qualquer outro fator que caracterize sua perda de independência.

O auditor externo deve cumprir seu objetivo e executar seu trabalho com neutralidade, não se deixando levar por interesses de outras pessoas ligadas a entidade.

Pelos fatores citados acima, pode-se perceber que o auditor deve sempre agir com independência, e obter segurança o suficiente para expressar sua opinião a respeito das demonstrações contábeis da entidade examinada.

Desta forma, Hoog e Carlin (2009, p. 62) destacam o seguinte:

Auditoria externa é aquela em que o serviço é praticado por contadores que atuam por conta própria, credenciados pelos órgãos específicos (Conselho Regional de Contabilidade – CRC, Comissão de Valores Mobiliários – CVM, Banco Central – Bacen, entre outros). Por não possuírem vínculo empregatício, subordinação e qualquer outra ligação de interesse pessoal ou comercial, além do trabalho específico de auditoria, acabam sendo reconhecidos pelo mercado como auditores com independência (e por isto o termo auditores independentes) para expressar uma opinião imparcial sobre a adequação ou não, das demonstrações contábeis e demais procedimentos dos controles internos.

O investimento na auditoria independente pode se dar pelo objetivo de ter uma maior confiabilidade nas informações apuradas, por imposição de terceiros que estejam negociando de alguma forma com a entidade, como também pode ocorrer por exigência legal.

Crepaldi (2009) ressalta ainda a importância que o trabalho do auditor independente tem com o público, e a confiança que oferece ao negócio, se configura como um trabalho de extrema importância aos sócios, ao governo e aos demais ligados a empresa.

Pode-se afirmar que o trabalho do auditor externo traz muitos benefícios à empresa auditada e credibilidade não só aos sócios da mesma, mas também a todos os terceiros que estão envolvidos diretamente ou indiretamente com o negócio em questão.

2.1.2.2 Auditoria Interna

A Auditoria Interna é um conjunto de procedimentos que tem por objetivo analisar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade, como um serviço prestado à administração ou auditoria operacional ou de gestão.

Sobre a auditoria interna, Castro (2013, p. 435) diz que:

Seja privada ou governamental, a auditoria interna tem por missão básica assessorar a alta administração no desempenho de suas funções e nos limites de suas responsabilidades, através do exame e avaliação da: Adequação e eficácia dos controles internos; Integridade e confiabilidade das informações e registros; Integridade e confiabilidade dos sistemas estabelecidos para assegurar a observância das políticas, metas, planos, procedimentos, leis, normas, e regulamentos e da sua efetiva utilização; Eficiência, eficácia, economicidade, efetividade, e legalidade na gestão pública; e Compatibilidade das ações e programas com os objetivos definidos nos planos e orçamentos.

A auditoria interna é uma atividade que se destina a revisar as operações, como um serviço prestado à administração. Constitui um controle gerencial que funciona por meio da análise e avaliação da eficiência de outros controles. É executada por um profissional ligado à empresa, ou por um profissional independente, sempre em linha de dependência da direção empresarial.

Diante disso, Attie (1992), enfatiza que na administração das empresas em um determinado momento é necessário um profissional que lhes afirmem que as rotinas de trabalho estão sendo executados de maneira correta e que possuem credibilidade.

A auditoria interna realiza o levantamento e verificação dos processos utilizados na empresa, como por exemplo: contábeis, administrativos e de produção. Essa verificação possibilita que a empresa acompanhe constantemente os processos, descobrindo erros e falhas as quais se originam de falhas do controle interno, podendo então fazer melhorias e adaptações necessárias.

Paula (1999) ressalta que, a Auditoria Interna é importante para a empresa, pois leva ao conhecimento da administração o retrato fiel do desempenho alcançado pela empresa, seus pontos críticos e necessidades de providências, possibilitando então levantar soluções.

Desta forma, a auditoria interna contribui para a administração da entidade, pois a mesma pode analisar como está sendo o desempenho de suas operações e agir nas falhas conforme a necessidade apresentada.

Jund (2001, p. 26) ressalta que a auditoria interna

é uma atividade de avaliação independente e de assessoramento da administração, voltada para o exame e avaliação da adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controle, bem como da qualidade do desempenho das áreas, em relação às atribuições e aos planos, as metas, aos objetivos e as políticas definidas para as mesmas.

Por fim, percebe-se que a auditoria interna necessita de suporte da alta administração para que consiga executar seu trabalho nos setores da empresa com exatidão e alcançar os objetivos traçados.

2.2 PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE AUDITORIA INTERNA E AUDITORIA EXTERNA

As técnicas que são utilizadas tanto pela auditoria externa, como pela auditoria interna, são as mesmas. A auditoria em geral procura concentrar-se no controle interno das empresas, pois iniciando pelo controle interno poderá realizar seus exames a fim de identificar possíveis falhas no processo dos diversos setores da empresa e proporcionar a recomendação de melhorias nestes setores para que estes não venham a conter falhas, e também, poderá identificar possíveis fraudes.

A auditoria interna consiste na atividade vinculada a mais alta administração, cujo objetivo primordial é fazer o acompanhamento dos negócios da empresa, de forma permanente, com equipe de auditores voltados exclusivamente aos trabalhos dessa organização, fornecendo os recursos humanos e técnicos necessários para a execução das tarefas.

Para Attie (1998, p.175), a auditoria interna:

É aquela exercida por funcionários da própria empresa, em caráter permanente. Apesar de seu vínculo à empresa, o auditor interno deve exercer sua função com absoluta independência profissional, preenchendo todas as condições necessárias ao auditor externo, mas também exigindo da empresa o cumprimento daquelas que lhe cabem. Ele deve exercer sua função com total obediência às normas de auditoria e o vínculo de emprego não lhe deve tirar a independência profissional, pois sua subordinação à administração da empresa deve ser apenas com o aspecto funcional.

Attie (2007) afirma que a função da auditoria interna está baseada em procedimentos técnicos, e tem por objetivo agregar confiança aos resultados da empresa, oferecendo apoio para a melhoria dos processos que não estão em conformidade com o planejado.

Já na auditoria externa é realizado o exame detalhado das operações contábeis e administrativas dos clientes, tais como a revisão de procedimentos de controles internos nas áreas de departamento pessoal, faturamento, compras, estoque e tesouraria.

Assim como as áreas acima, deve ser realizada a verificação da fidedignidade das demonstrações contábeis do patrimônio e de resultados, apresentando, ao final, a opinião por meio de respectivo relatório de auditoria.

A auditoria externa, conforme afirma Attie (1998) é realizada por um profissional independente que não possua nenhum vínculo com a entidade que está sendo auditada, o mesmo pode ser contratado eventual ou permanentemente para realizar a auditoria.

Os trabalhos de auditoria externa permitem a emissão de Relatórios de Recomendações aos clientes, com o objetivo de identificar a natureza dos problemas detectados pelos auditores, as consequências desses problemas e a recomendação da auditoria, no sentido das medidas de correção a serem tomadas.

2.3 CONTROLES INTERNOS

Os controles internos têm como objetivo proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa. Representa segurança ao administrador, e é fundamental também para o contador, pois o mesmo responde com seus bens e sua reputação pelos atos que realiza ou delega a seus subordinados.

Para Attie (2011) o controle interno integra o plano de organização e um conjunto de métodos e medidas, que a empresa escolhe para preservar seu patrimônio, e para se certificar da coerência de seus dados contábeis.

Devem-se estabelecer controles internos em todos os níveis, de forma que dê suporte para todos os atos decisórios dentro da organização.

Segundo Attie (1998, p.114),

Um sistema de controle interno bem desenvolvido pode incluir o controle orçamentário, custo-padrão, relatórios operacionais periódicos, análises estatísticas, programas de treinamento do pessoal e, inclusive, auditoria interna. Pode também, por conveniência, abranger atividades em outros campos, como por exemplo, estudo de tempos e movimentos e controle de qualidade.

É importante ressaltar que o controle interno não é necessariamente um sistema de rotinas e procedimentos burocráticos que necessite ser implementado exatamente como indicado nos livros e normas, para que funcione de modo satisfatório. A realidade da empresa e a filosofia do administrador irão determinar a capacidade de implantar sistemas de controle que apresentem condições favoráveis para a empresa, atendendo suas particularidades e necessidades.

Já para Castro (2013, p.352), o controle interno é

peça-chave para a auditoria. Este emite opinião sobre os resultados de uma gestão ou sobre a realidade dos números divulgados nos balanços. Como ninguém consegue ver todos os atos e checar todos os números, sempre haverá dúvida se não ficou algo para ser conferido ou verificado, por mais que se façam testes, para saber se os números são verdadeiros e se os atos praticados foram corretos. Logo, a auditoria deve avaliar os mecanismos de controle interno, para saber o risco que se corre, quando da opinião com base nos testes, para avaliar uma gestão ou certificar um balanço.

Percebe-se que a suposição é de que a probabilidade de erros e irregularidades é reduzida, não eliminada. Dado esse fato, procedimentos de

auditoria podem ser restringidos, mas não eliminados por maior que seja a confiança que se tenha no sistema de controles internos.

Entende-se que o controle interno é responsabilidade de todos nas organizações, e seus mecanismos devem ser eficazes do ponto de vista dos resultados esperados, e eficientes em termos de funcionalidade e rapidez de resposta.

2.3.1 Conceitos e objetivos

A necessidade dos controles internos nas entidades iniciou-se quando as mesmas precisavam ter um maior controle das operações realizadas, a fim de evitar fraudes e erros, nesse sentido são utilizados esses procedimentos que facilitam a detecção de processos incorretos.

Attie (2011, p. 189) ressalta que:

O controle interno tem significado e relevância somente quando é concebido para garantir o cumprimento de um objetivo definido, quer seja administrativo ou gerencial. Dessa forma, o controle não é algo sem face ou sem forma, mas um dado físico que avalia uma função observável.

Como exposto na citação acima os controles internos obtêm sucesso somente quando são criados com o propósito de certificar-se da execução correta de determinada operação.

Para Castro (2013) o controle interno é primordial para a auditoria, pois a mesma faz um relato sobre os resultados demonstrados pela entidade e sua gestão, dessa forma o auditor testa os controles internos e a partir dessa avaliação ele determina como seu trabalho deverá ser executado.

Observa-se que o controle interno tem relevância não só para os sócios de uma empresa, que é também relevante para auditores, funcionários e todos os demais que possuem ligação com a mesma.

Attie (2011, p. 283) afirma que

a partir do momento da grandeza das empresas, sua descentralização e diversificação das atividades, a existência de controles internos adequados passa a se tornar fundamental para os negócios realizados, uma vez que as empresas passam de uma estrutura familiar para uma estrutura complexa de pessoas e atividades.

Observa-se que, à medida que as empresas vão crescendo, cresce também a necessidade de controles. Ferramentas essas que são destinadas a vigilância da execução correta dos procedimentos estabelecidos.

Migliavacca (2004, p. 17) define controle interno

como planejamento organizacional e todos os métodos e procedimentos adotados dentro de uma empresa, a fim de salvaguardar seus ativos, verificar a adequação e o suporte dos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência as políticas definidas pela direção.

Portanto, conclui-se que quanto maior a empresa, mais complexo será o controle de suas operações de forma eficiente, e nesse sentido que entram os controles internos, auxiliando no monitoramento dos processos.

2.3.2 Relevância dos controles internos

O controle interno se mostra uma ferramenta que é peça chave para as organizações que buscam uma certeza perante seus processos e sua execução correta. Também se mostra relevante aos auditores, tanto internos como os independentes, pois com base nos controles internos consegue-se ter determinada segurança.

Attie (2011, p. 191) afirma que

a importância do controle interno fica patente a partir do momento em que se torna impossível conceber uma empresa que não disponha de controles que possam garantir a continuidade do fluxo de operações e informações proposto.

A complexidade das entidades e seus processos tornam o ambiente da operacionalidade sofisticado. Esse fator exige que sejam executadas conferências e revisões constantes, independente do setor da empresa. O controle interno está diretamente ligado a uma administração de qualidade.

Para Migliavacca (2004) a relevância dos controles internos nas organizações se dá principalmente por contribuir para a segurança dos ativos, pelo crescimento dos negócios, e um resultado mais confiável as suas demonstrações, acrescentando valor a organização.

Percebe-se que o controle interno além de seu benefício as operações da empresa, que são constantemente avaliadas, contribuem muito para confiabilidade que a mesma passa aos usuários da informação contábil final.

Crepaldi (1998, p. 47) afirma que

uma organização sem controle é inviável. Cada organização tem sistemas de controle que coordenam o exercício do direito de decisão que está diluído entre certo número de indivíduos. Os sistemas de controle também desempenham outra importante função na organização. Eles medem a eficácia com que as decisões são traduzidas em resultados. Essa segunda característica de controles internos relaciona-se ao alcance de metas da empresa. Nesse aspecto, os sistemas de controle tratam de influenciar o comportamento de indivíduos no interesse da empresa. Ambas as funções estão intimamente ligadas.

Observa-se que esses controles garantem um desempenho correto das informações e das operações, transformando os dados em um importante material de gestão administrativa.

2.3.3 Tipos de controles internos

As Normas de Auditoria n.º. 29 (ENA 29), estabelecem que os controles internos são subdivididos em dois grupos, os controles de natureza contábil e os de natureza administrativa.

Attie (2011) ressalta que os controles contábeis englobam o plano de organização e os métodos relacionados, principalmente a autenticidade dos registros, enquanto os administrativos, estão ligados aos procedimentos que dizem respeito a operacionalidade, e análises estatísticas, e desempenho das operações.

As empresas possuem suas particularidades, e assim como as empresas os controles também, sendo que esses devem ser adequados à organização de acordo com suas necessidades.

Attie (2011, p. 193) destaca que um sistema eficiente de controle interno deve compreender:

Plano de organização que proporcione apropriada segregação de funções entre execução operacional e custódia dos bens patrimoniais e sua contabilização; Sistema de autorização e procedimentos de escrituração adequados, que proporcionem controle eficiente sobre o ativo, passivo, receitas, custos e despesas; Observação de práticas salutaras no cumprimento dos deveres e funções de cada um dos departamentos da organização; E pessoal com adequada qualificação técnica e profissional, para a execução de suas atribuições.

Os controles presentes em todas as áreas tem a finalidade de controlar, fiscalizar, e certificar a correta execução das devidas atividades.

Para Migliavacca (2004) os controles administrativos incluem, mas não estão limitados aos processos e registros que são de autoridade da administração, já os controles contábeis, são formados pelo plano organizacional, processos, e ferramentas que estão diretamente ligados a segurança nas transações contábeis, no registro das mesmas, e na segurança dos ativos da empresa.

Desta forma, conclui-se que os controles internos contábeis ocupam dentro da empresa os sistemas e procedimentos que são utilizados em diversos setores, com o propósito de salvaguardar o patrimônio da mesma, e também a verificação dos registros contábeis, para se certificar de que estão executados de maneira correta.

Já os controles administrativos, estão voltados para as ferramentas e métodos praticados pela própria administração, e procura também monitorar se as normas e diretrizes estabelecidas pela organização estão sendo devidamente seguidas.

2.3.4 Princípios fundamentais dos controles internos

Com o objetivo de prevenir erros e irregularidades alguns princípios devem ser seguidos nos controles internos.

Attie (2007) elenca características que um controle interno deve conter, tais como: plano de organização, sistema de autorização e procedimentos de escrituração, práticas salutaras, e pessoal qualificado.

Conforme Attie (2007, p. 183) apresenta-se abaixo as definições das características:

- Plano de organização: varia de acordo com a empresa, deve ser simples e tem como objetivo principal esclarecer e determinar autoridade e responsabilidade;
- Sistema de autorização e procedimentos de escrituração: determina que seja necessária autorização prévia para certas transações;
- Práticas salutaras: impõe que um processo não seja executado do início ao fim pelo mesmo funcionário, efetuando assim a divisão de responsabilidades e facilitando na identificação de possíveis fraudes;
- Pessoal qualificado: estabelece que se tenha um pessoal competente para execução das tarefas, pois um sistema eficiente não depende somente das ferramentas estabelecidas.

Cada organização deve avaliar e implementar o controle interno que se mostra mais adequado a sua realidade, visto que os controles monitoram os procedimentos adotados pela empresa e sua aplicação dentro da mesma.

2.4 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A informação é uma ferramenta necessária e muito útil aos usuários de uma entidade e aos seus diretores.

Padoveze (2002, p. 28) destaca que:

Em outras palavras, sistema é um conjunto de elementos interdependentes, ou partes que interagem formando um todo unitário e complexo. Como uma resultante do enfoque sistêmico, o todo deve ser mais que a soma das partes. Fundamentalmente, o funcionamento de um sistema configura-se com um processamento de recursos (entradas do sistema), obtendo-se, com esse processamento, as saídas ou produtos do sistema (entradas, processamento, saídas).

Entende-se que a importância da informação irá depender da necessidade do usuário e a maneira como ele o utiliza. O sucesso e um bom funcionamento de um sistema engloba toda a sua operação.

Rezende (2007) ressalta que o sistema deve estar focado no objetivo organizacional da empresa, usando o exemplo de uma indústria, que o sistema deve priorizar os processos produtivos e a informação necessária para essa atividade específica.

Como vimos, o sistema deve atender cada empresa com suas particularidades e ser adaptado da melhor forma para satisfazer seus usuários.

Oliveira (2000, p.166) afirma que

O objetivo de um sistema de informação é permitir que cada funcionário de uma organização tenha a informação necessária para melhorar a qualidade de seu trabalho, seja ela para que o mecânico conserte um veículo ou para que um presidente escolha um determinado plano.

Um sistema de informação pode apresentar diversas definições. Segundo Moscové, Simkin e Bagranoff (2002) um sistema é composto por subsistemas inter-relacionados que trabalham em conjunto para coletar e transformar as informações para fins de planejamento, tomada de decisões e demais necessidades na área estratégica.

Percebe-se que um sistema perfeitamente encaixado na realidade da entidade é primordial para o bom aproveitamento do mesmo. Oferece também qualidade, agilidade na execução de toda a operação empresarial e também oferece dados para tomada de decisão.

2.4.1 ERP – Sistema Integrado de Gestão Empresarial

O sistema denominado (ERP) - *Enterprise Resource Planning*, traduzindo para o português significa Planejamento de Recursos Empresariais, e tem como objetivo fundamental a integração e consolidação de todas as informações necessárias a gestão da empresa.

Padoveze (2002, p. 61) afirma que

Esses sistemas unem e integram todos os subsistemas componentes dos sistemas operacionais e dos sistemas de apoio à gestão, por meio de recursos da tecnologia de informação, de forma tal que todos os processos de negócios da empresa possam ser visualizados em termos de um fluxo dinâmico de informações que perpassam todos os departamentos e funções.

O'Brien (2004) ressalta que esses sistemas ERPs atuam para automatizar e otimizar os processos realizados na empresa, tais como as funções produtivas, de logística, contábil e de recursos humanos.

Esses sistemas representam um avanço significativo da tecnologia e da maneira como são executados os processos empresariais. Eles têm como principal fundamento a integração entre os processos e a maximização dos resultados, englobando assim todas as áreas da empresa.

2.4.2 Caracterização do Sistema de Informação Integrado

Existem diversas definições e características atribuídas aos sistemas ERPs. Eles são sistemas de informações integradas, cujas definições podem ser agrupadas de acordo com o enfoque de seu negócio.

Conforme Davenport (1998) o ERP possui um banco de dados único, no qual todos os módulos do sistema armazenam e coletam os dados e informações da entidade, sendo que cada módulo tem acesso aos dados pertinentes ao seu processo, não podendo acessar dados que não interferem e não tem relevância para

sua referida função. Com este banco central, uma vez que as informações são atualizadas, todos os módulos também são.

O sistema integrado funciona com uma única base de dados, no qual todas as informações e transações são armazenadas, fazendo com que qualquer área da entidade utilize dos mesmos dados de forma adequada e universal.

Padoveze (2002, p. 60) define:

O que caracteriza um sistema de informação integrado é a navegabilidade dos dados. A partir do momento em que um dado é coletado e processado (e ele só pode ser coletado pelo sistema se for um dado operacional), ele deve ser a mesma em todos os segmentos do sistema de informação.

Observa-se que a principal característica dos sistemas integrados é a universalidade dos dados de forma rápida e de maneira útil.

Para Buckhout, Frey, e Nemeç (1999) o ERP, sob a perspectiva de negócios, é como o próprio nome diz, um *software* de planejamento dos recursos empresariais, integrando todas as funções do processo empresarial, de maneira que o torne mais eficiente.

O ERP busca atender todos os setores da indústria, sendo adaptado de acordo com o ramo de atividade da empresa, atendendo as necessidades específicas de cada setor.

2.5 SETOR TÊXTIL E DE CONFECÇÃO

O setor têxtil e de confecção brasileiro se destaca mundialmente, pelo seu profissionalismo, pela extensão do seu parque têxtil, entre outras características. Em Santa Catarina o setor teve início no município de Blumenau, que se localiza no Vale do Itajaí, e atualmente é um grande gerador de empregos (SANTA CATARINA, 2010).

A maior parte das empresas deste segmento estão localizadas no Vale do Itajaí, Foz do Itajaí e Norte. Em 2008, estas três regiões somavam 78.3% das empresas, o equivalente a 68.8% dos empregos em Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2010).

No Brasil, o setor têxtil é o segundo maior empregador, com aproximadamente 10.220 indústrias e 174 mil trabalhadores no ano de 2013 (SANTA CATARINA, 2014).

Conforme o portal do governo de Santa Catarina, o ramo do vestuário está entre os segmentos que se destacam no sul do estado.

De acordo com Fernandes et al (2011), no sul de Santa Catarina o mercado do vestuário começou a expandir quando o segmento carbonífero estava declinando, entre os anos 60 e 70, quando a entrada das máquinas dispensou boa parte da mão de obra.

Observa-se que o segmento tem uma das maiores forças econômicas no sul e no estado de Santa Catarina, sendo reconhecido no país e no mundo.

3 METODOLOGIA

Neste tópico, apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados para a pesquisa a fim de alcançar os objetivos traçados.

Goldenberg (2002, p. 105) enfatiza que:

a pesquisa é a construção de conhecimento original, de acordo com certas exigências científicas. É um trabalho de produção de conhecimento sistemático, não meramente repetitivo, mas produtivo, que faz avançar a área de conhecimento a qual se dedica.

Buscando entender a realidade, busca-se pesquisa, investigação e conhecimentos que relacionam e confrontam informações, dados e evidências. Dessa forma, a pesquisa procura fazer a ligação entre as variáveis relacionadas ao seu objeto de estudo.

Martins e Theóphilo (2009, p. 107) afirmam que:

No entanto, em função de propósitos de certas pesquisas e abordagens metodológicas empreendidas, os tipos de informações, dados e evidências obtidas não são passíveis de mensuração. Pedem descrições, compreensões, interpretações e análises de informações, fatos, ocorrências, evidências que naturalmente não são expressas por dados e números. Nestes casos, as técnicas de coleta são mais específicas, como, por exemplo: entrevistas; observações; análise de conteúdo; observação participante etc. Têm-se aí as características de uma pesquisa qualitativa, alternativa frente ao positivismo quantitativo, tão expressivo nas pesquisas das Ciências Naturais.

O estudo do trabalho é qualitativo, pois visa analisar os controles utilizados pela empresa.

Então, por meio desse estudo bibliográfico realizado, e do levantamento dos controles utilizados pela organização em questão, busca-se as questões necessárias para responder os objetivos deste estudo.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Para o desenvolvimento desse trabalho torna-se necessário a definição dos procedimentos metodológicos que serão utilizados para ser realizada a pesquisa, e atingir os objetivos impostos.

Conforme Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 99):

Os estudos descritivos procuram especificar as propriedades, as características e os perfis importantes de pessoas, grupos, comunidades ou qualquer outro fenômeno que se submeta a análise. Eles medem, avaliam ou coletam dados sobre diversos aspectos, dimensões ou componentes do fenômeno a ser pesquisado.

Com o propósito de ter maior aprofundamento no objeto de estudo, metodologia utilizada define-se como descritiva, pois visa caracterizar e demonstrar a importância dos controles internos para o desenvolvimento e o futuro das empresas.

Segundo Jung (2004, p.152) a pesquisa descritiva “tem por finalidade observar, registrar e analisar os fenômenos ou sistemas técnicos, sem, entretanto, entrar no mérito dos conteúdos”.

Neste estudo, descrevem-se sobre os procedimentos utilizados, dentre outros fatores necessários para um entendimento adequado quanto ao assunto.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA

Para elaboração do estudo de caso, a coleta de dados será por meio do acompanhamento dos procedimentos utilizados pela empresa estudada. Desse modo, será observada a rotina da organização e os controles internos utilizados.

Por meio desse estudo realizado, espera-se obter as informações necessárias para atender a questão central desse estudo.

4 ESTUDO DE CASO

Esta etapa do estudo tem o objetivo de evidenciar as ferramentas de controle utilizadas via ERP pelo setor de contabilidade de uma indústria de confecção. Objetiva-se destacar as ferramentas e analisar a necessidade de implantação de melhorias.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A empresa estudada foi fundada na década de 70, iniciou suas atividades na cidade de Criciúma e alguns anos depois mudou sua sede para a cidade de Nova Veneza, no qual está situada até os dias de hoje. Desde então, a empresa expandiu seus negócios, que somam mais de 100 lojas próprias espalhadas pelos estados brasileiros.

A instituição, que é uma empresa familiar, tem como produto principal o jeans. A empresa produz e comercializa artigos do vestuário em suas lojas físicas, *e-commerce* e também em lojas multimarcas, que passam por um processo de avaliação para poderem comercializar os produtos.

Atualmente a entidade conta com aproximadamente 2 mil funcionários diretos, que fazem uma produção média de 200 mil peças ao mês, e atende o público masculino, feminino e infantil.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO ERP UTILIZADO PELA EMPRESA

A empresa utiliza o sistema SAP, produto da empresa SAP AG fundada na Alemanha na década de 1970. O SAP é um dos *softwares* mais avançados em gestão empresarial e um dos mais procurados pelas empresas de grande porte.

Uma das principais características do ERP é a informação integrada, que possui um processamento de dados em tempo real e oferece às empresas muitos pontos importantes para o funcionamento de um bom negócio. Entre os principais pontos, destacam-se alguns como: eliminar ou diminuir processos manuais, aperfeiçoar o fluxo da informação e a tomada de decisão, e melhorar o controle das operações da empresa.

Atualmente a empresa conta com aproximadamente 300.000 clientes no mundo e é alimentada pela busca constante da inovação tecnológica e objetiva sempre atender as necessidades de seus clientes para uma melhor gestão empresarial.

4.3 LEVANTAMENTO DOS MÉTODOS UTILIZADOS PELA EMPRESA

Para realização do estudo de caso deste trabalho, e conseqüentemente para a proposta de melhorias a empresa, buscou-se os procedimentos de controle utilizados na área contábil da organização.

4.3.1 Processo de conciliação das contas contábeis

A conciliação das contas contábeis é um fator eficiente na detecção de erros nos lançamentos efetuados pela empresa, se a mesma for realizada de maneira adequada minimiza consideravelmente as distorções nas demonstrações contábeis.

A conciliação oferecida pelo SAP consiste em uma maneira eficiente e ágil de conferir. Inicialmente as contas são classificadas em contas compensáveis, que são as contas passíveis de conciliação, e não compensáveis, que são contas que não possuem uma contra partida para conciliar, como por exemplo, as contas de resultado.

As contas compensáveis são as que possuem uma outra partida para certificar-se que a transação foi finalizada corretamente, como por exemplo as contas de fornecedores e clientes, pois toda vez que um lançamento é realizado no contas a pagar, uma baixa também deverá ocorrer, e assim acontece com os clientes e outras contas semelhantes.

Neste sentido, cada lançamento efetuado tem uma situação disponível para o usuário identificar se o mesmo está compensado ou não, no qual o sistema classifica com um sinal verde ou vermelho, podendo assim filtrar pela própria transação do sistema somente o que está em aberto e eliminar o que foi conferido.

Conforme figura 1, apresenta-se uma conta classificada como não compensável, neste exemplo é uma conta de despesa.

Figura 1 - Partidas não compensáveis

Relatório de partidas individuais contas do Razão

Conta do Razão 431102 COMISSÕES E DESPESAS BANCÁRIAS
Empresa 1000

St	Empresa	Nº doc.	Tipo	CL	D/C	Conta	Razão	Dt.lçto.	Σ	Mont.MI	LNeg	Centro c
✓	1000	101521247	SA	40	S	431102	431102	02.05.2016		25,00	D002	101103
✓	1000	5100012585	RE	81	S	431102	431102	02.05.2016		5,85	D030	105030
✓	1000	8900047658	EB	40	S	431102	431102	02.05.2016		0,76	D001	101103
✓	1000	8900047659	EB	40	S	431102	431102	02.05.2016		10,60	D001	101103
✓	1000	8900047660	EB	40	S	431102	431102	02.05.2016		9,95	D001	101103
✓	1000	8900047661	EB	40	S	431102	431102	02.05.2016		4,12	D001	101103
✓	1000	8900048046	EB	40	S	431102	431102	02.05.2016		0,99	D001	101103
										57,27		
										57,27		

Fonte: Dados da empresa pesquisada (2016)

Observa-se na primeira coluna a situação dos lançamentos, sendo que esta é uma definição para a conta, que mostra a situação da mesma como não compensável.

Na figura 2, pode-se vislumbrar uma conta que tem característica de compensação, porém a partida não está compensada.

Figura 2 - Partida não compensada

Relatório de partidas individuais de fornecedores

Fornecedor 77000034
Empresa 1000
Nome Local INSS A RECOLHER

S Empr.	Nº doc.	Tipo	CL	Dt.lçto.	Referência	Razão	Σ	Mont.em MI	LNeg	Estorno	VencLiquid
●	1000	3100005837	FP	34	30.04.2016	04/2016	211260	2.986,17-	D001		20.05.2016
								2.986,17-			
Conta 77000034								2.986,17-			
								2.986,17-			

Fonte: Dados da empresa pesquisada (2016)

Percebe-se que a conta é passível de compensação, mas se encontra com o lançamento em aberto, pois na primeira coluna apresenta o sinal vermelho.

Na figura 3, apresenta-se a mesma conta, só que neste caso o lançamento indica outra situação de compensação.

Figura 3 - Partida compensada

Relatório de partidas individuais de fornecedores												
Fornecedor 77000034 Empresa 1000 Nome INSS A RECOLHER Local												
St Empr.	Nº doc.	Tipo	CL	Dt. lçto.	Referência	Conta	Razão	Σ	Mont. em MI	LNeg	VencLiquid	
1000	1900001221	KR	31	29.02.2016	02/2016	77000034	211260		4.862,90-	D003	18.03.2016	
									4.862,90-			
						77000034			4.862,90-			
									4.862,90-			

Fonte: Dados da empresa pesquisada (2016)

Percebe-se na primeira coluna a situação do lançamento com o sinal verde, apontando que a partida encontra-se conciliada e compensada.

Quem identifica e compensa as partidas são os próprios usuários da contabilidade, porém em contas que possuem movimentação significativa e possuem um campo para caracterização das partidas pertinentes é disponibilizado uma transação de compensação automática. Desta maneira o usuário não precisa conferir tudo, somente executar a transação. É possível compreender que esta forma de conciliação reduz e facilita o trabalho, e como resultado desta ação verificam-se erros para a devida correção, não afetando assim os registros que possam distorcer as demonstrações da entidade.

4.3.1.1 Conciliação bancária

A conciliação bancária é a certificação que integra as informações dos extratos bancários, com o setor financeiro e contábil da entidade. Esse processo consiste em garantir segurança e exatidão nas transações efetuadas.

As contas contábeis bancárias são passíveis de conciliação e compensação, pois para cada partida existe uma contra partida pertinente a operação. No sistema utilizado na empresa, o processo de conciliação e

contabilização utiliza 3 contas contábeis para cada conta bancária, intituladas banco extrato, banco entrada e banco saída respectivamente.

A contabilização inicial ocorre por meio da importação do arquivo que contém a movimentação bancária diária, sendo que ele contabiliza na conta extrato, e nas contas banco entrada ou saída, dependendo da movimentação em questão. A conta banco extrato reflete o saldo da conta bancária, e as outras duas contas são caracterizadas como transitórias.

Após a importação do extrato, o setor financeiro executa a conciliação da movimentação, sendo que, se estiver correto as contas banco entrada e banco saída devem ficar zeradas, pois as mesmas são transitórias.

Para um melhor entendimento, destaca-se a contabilização de um pagamento a fornecedor: pela importação do extrato contabiliza a crédito na conta extrato e a débito na conta banco saída, pelo pagamento do título contabiliza a débito em fornecedor, e a crédito no banco saída.

Observa-se que o processo facilita o monitoramento da contabilidade sobre a conciliação bancária, uma vez que a movimentação estando conciliada e compensada, as contas de banco entrada e saída não apresentam saldo, nem partidas em aberto.

4.3.2 Entradas das notas fiscais

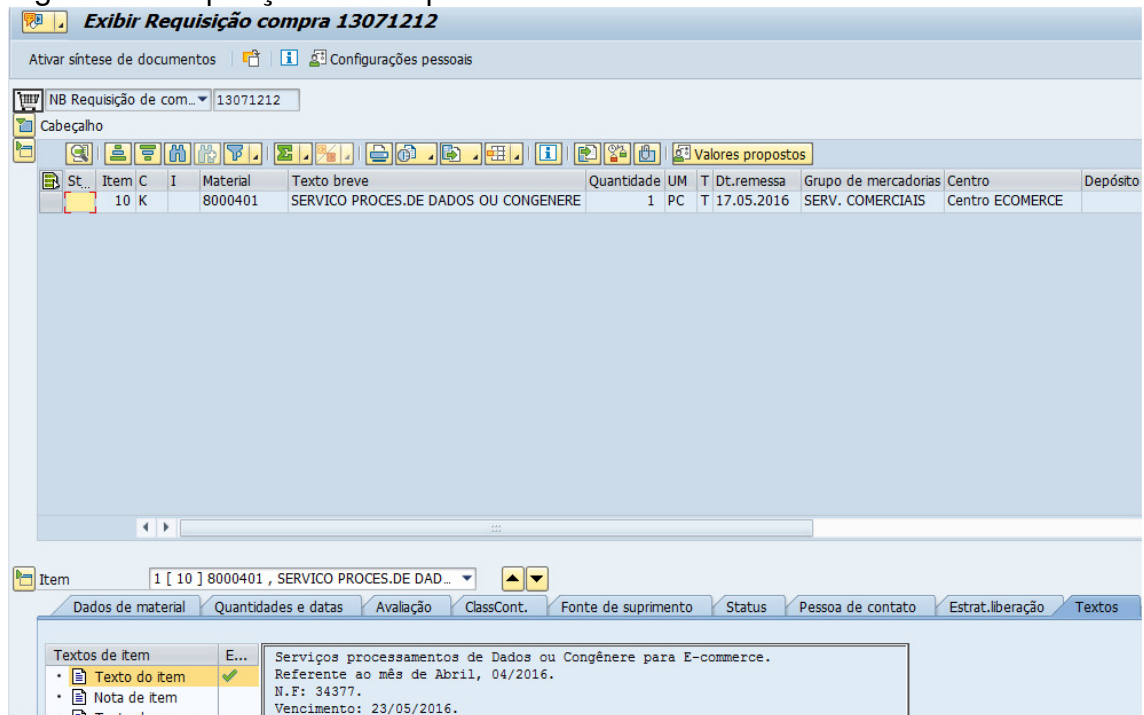
A contabilidade é responsável por registrar todos os fatos que ocorrem na empresa, quando é efetuada a compra de um material o próprio setor que está comprando efetua uma solicitação de cadastro do mesmo ao setor de custo.

Nesta solicitação o setor responsável justifica aonde o mesmo será usado para que o setor de custos faça a análise e defina a contabilização e classificação de custo.

Após a liberação do cadastro do material, o solicitante faz uma requisição de compras e nela está especificado o material que está sendo comprado e aonde será utilizado. Essa requisição passará pelo setor contábil, que verificando-a efetuará a liberação.

Na figura 4, observa-se um exemplo de uma requisição.

Figura 4 - Requisição de compra



Fonte: Dados da empresa pesquisada (2016)

Depois que a requisição é liberada pelo setor contábil, o solicitante faz um pedido de compras que é autorizado pelo gerente do seu setor, ou dependendo do valor da compra, pelo gerente de produção. Destaca-se que esse valor é definido pela diretoria da empresa.

Nenhum material pode ser recebido fisicamente na empresa sem que o setor de entradas de notas fiscais autorize. Para a autorização o setor certifica-se de que a nota fiscal está correta e que a requisição está liberada e pedido efetuado.

O processo mencionado acima foi estabelecido para realizar-se em todas as compras, porém, há casos que para atender a necessidade imediata da empresa solicita-se a um funcionário a retirada da compra diretamente no fornecedor.

Observa-se que no momento em que as notas são lançadas a contabilização foi parametrizada e a compra liberada pelos responsáveis, sendo assim há um maior controle sobre as entradas, sua permissão, e os lançamentos contábeis pertinentes.

4.3.3 Ambiente de qualidade

Atualmente as empresas vem enfrentando uma série de mudanças em sua rotina organizacional e processos, principalmente em virtude de dois fatores, seus consumidores que se tornam cada vez mais exigentes por possuírem acesso a informação, e também pelas leis que constantemente sofrem alterações obrigando as entidades a se adaptarem a nova realidade.

Neste cenário de mudanças, a organização tem que se programar e avaliar maneiras eficientes de implantar ou modificar seus processos, a empresa estudada conta com uma ferramenta que agrega segurança a essas mudanças. O SAP disponibiliza um ambiente que pode ser chamado de ambiente de qualidade.

Esse ambiente funciona da seguinte maneira: o setor responsável pelo SAP faz uma cópia do sistema oficial com todos os dados que a empresa possui em determinado momento, essa cópia é chamada de ambiente de qualidade, esse módulo é disponibilizado para os usuários para realizar testes antes das mudanças serem de fato efetivadas na sua realidade, ou seja, no ambiente oficial.

Para uma melhor compreensão, vamos supor que a empresa necessite aplicar uma melhoria em um processo, ou até mesmo modificar para atender uma nova legislação. Nesta situação, os usuários efetuam as mudanças e configurações e fazem as movimentações como se estivessem ocorrendo na realidade, para analisar se tudo ocorreu conforme o planejado.

Observa-se que a empresa possui uma grande movimentação diária em sua operação, e um processo implantado incorretamente pode resultar em um impacto considerável de erros na contabilidade e em todos os demais setores envolvidos, sendo que determinados erros demandam muito tempo e esforço para serem corrigidos e podem comprometer a exatidão das demonstrações contábeis e demais escriturações.

Desta forma, toda vez que uma mudança for necessária na empresa, os testes são realizados pelos usuários responsáveis que validam e garantem o sucesso do processo em produção, ou em ambiente oficial, transmitindo a organização maior segurança nas suas melhorias e certificação nas mudanças implantadas.

4.3.4 Contas bloqueadas para lançamentos manuais

Na contabilidade algumas contas não necessitam de uma movimentação física para sofrerem registros, outras só devem movimentar quando um tipo de operação é realizada, como é o caso das contas de caixa, estoque e contas do ativo imobilizado.

No sistema utilizado pela entidade, essas três contas são bloqueadas para lançamentos manuais, ou seja, um usuário não consegue lançar, ajustar ou alterar o saldo da conta sem ter uma movimentação parametrizada.

A conta caixa, é utilizada toda vez que há uma movimentação em dinheiro, seja de entrada ou saída. Para essa conta existe uma transação específica própria para seu controle, que é efetuado pelo setor financeiro da empresa e conferido pela contabilidade. Desta forma um usuário não consegue fazer um débito ou um crédito diretamente na conta contábil para modificar o saldo do caixa, a movimentação deve vir das lojas, ou do financeiro, que são os setores que realmente movimentam essa operação.

Nas contas de estoque e imobilizado utiliza-se a mesma regra, as contas não podem receber lançamentos diretos dos usuários da contabilidade, pela lógica sabe-se que essas contas só devem movimentar quando há uma movimentação física.

No estoque só pode haver uma entrada quando um produto é finalizado ou adquirido para comercialização, e registro da saída quando é vendido, ou em casos específicos de roubo ou perda que é utilizada a movimentação de inventário.

As contas de imobilizado seguem a mesma linha, só podem ser movimentadas contabilmente por operações que originam de entrada de patrimônio, ou saída do mesmo, e pela depreciação que é configurada para ocorrer conforme a entrada do bem.

Este bloqueio proporciona uma maior confiabilidade à empresa e aos usuários interessados nos resultados da mesma, visto que essas contas não podem sofrer alterações sem que de fato exista uma movimentação que foi parametrizada pelos processos desenhados para as operações da entidade, evitando e agindo para que não haja adulterações.

4.3.5 Bloqueio das contas usadas para a apuração de PIS/COFINS

Dentre os muitos tributos que incidem sobre as operações das organizações estão a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e o Programa de Integração Social - PIS que são de competência federal e de acordo com o regime de tributação da empresa devem ser apurados e recolhidos.

Para a apuração do PIS e da COFINS algumas contas fazem parte da base de cálculo e interferem no tributo recolhido, como é o caso das vendas, e alguns outros tipos de operações que são definidas pelo regime de tributação da entidade.

Observa-se que após a apuração e recolhimento de determinado tributo de um período, aquelas contas que foram usadas como base de cálculo não devem sofrer alterações e ajustes, visto que se forem alteradas deve-se refazer a apuração do tributo para tratar de maneira adequada a diferença apurada.

Após a conclusão da apuração mensal da COFINS e do PIS a empresa utiliza uma transação que bloqueia as contas utilizadas para a base de cálculo, ou seja, o período do mês anterior ainda está aberto, mas as contas que são base para esses tributos são bloqueadas.

Esta transação garante que a base de cálculo do tributo recolhido não sofrerá alterações, sendo que quem tem o controle para liberar ou não essas contas é o próprio setor contábil.

4.3.6 Bloqueio para lançamentos incorretos

Nas transações utilizadas para lançamentos manuais, as informações que definem e identificam o lançamento devem ser preenchidas, dentre elas o histórico da operação, a filial, o centro de custo para a devida classificação, e demais informações para complementar o lançamento.

No lançamento informa-se a conta para débito, a conta para crédito e demais contas de acordo com a particularidade do lançamento, quando o lançamento está preenchido o usuário “salva” para efetivar a contabilização. Quando o usuário tentar salvar o lançamento, se houver conta de despesa, o sistema verifica antes de efetivar se a classificação e conta estão de acordo.

A empresa possui centros de custo e contas de despesa e de custo de acordo com cada setor da organização, se o usuário preenche no lançamento uma conta de custo com um centro de custo da despesa, o próprio sistema bloqueia e mostra uma mensagem de erro ao tentar gravar o lançamento.

Na figura 5, mostra-se um lançamento preenchido de maneira incorreta, sendo que a conta 422000 é de despesa e o centro de custo 104402 é do custo.

Figura 5 - Mensagem de erro

The screenshot shows a software window titled 'Modelos de trabalho OFF' with a sub-window 'Empresa' in 'Pré-editar' mode. The main area is divided into 'Dds.básicos' and 'Detalhe' tabs. The 'Dds.básicos' section contains the following fields:

- Data documento: 30.04.2016
- Moeda: BRL
- Data lançamento: 30.04.2016
- Referência: 04/2016
- Txt.cab.doc.: [empty]
- Tp.doc.: SA
- Doc. do Razão Geral: [empty]
- Empresa: 1000

The 'Detalhe' section shows 'Informação montante' with:

- Ttl.débito: 50,00 BRL
- Total créd.: 50,00 BRL

Below the form is a table with 2 items:

Cta.Razão	D/C	Mont.em moeda doc.	Atribuição	Texto	Centro cu...
211180	H Cr...	50,00		FOLHA DE PGTO COMPETÊNCIA 0...	
422000	S Dé...	50,00		FOLHA DE PGTO COMPETÊNCIA 0...	104402

An 'Informação' dialog box is overlaid on the table, containing the message: 'O Centro de Custo 104402 não é adequado à Classe de Custo 422000'.

Fonte: Dados da empresa pesquisada (2016)

Percebe-se que a conta não está de acordo com o centro de custo e ao tentar efetivar o lançamento o sistema apresentou a mensagem de erro impedindo a contabilização.

Observa-se que a indicação ocorre no momento da realização do lançamento e impede, deste modo, que os lançamentos sejam efetuados incorretamente.

4.3.7 Lançamentos pré-editados

Existem transações realizadas pela empresa para fazer lançamentos contábeis utilizando-se de lançamentos pré-editados. Nesses casos, estão inclusos os pagamentos que envolvem somente movimentações financeiras, como rescisões, folha de pagamento, e demais contas semelhantes a pagar.

Para este tipo de movimentação, o próprio setor faz um lançamento pré-editado e repassa para a contabilidade que confere o documento com a contabilização e efetiva o documento contábil criado para o setor financeiro efetuar o pagamento.

Para uma melhor compreensão, quando o setor de RH tem uma rescisão a pagar, o mesmo faz um lançamento pré-editado na transação que gera um número de documento contábil, após esse processo, o setor repassa á contabilidade, que irá conferir o documento de rescisão com o lançamento realizado e se estiver correto é salvo e de fato contabilizado.

O funcionário responsável pela conferência destaca que no procedimento usado anteriormente tinha-se muitos estornos por conta dessas movimentações, pois os documentos eram repassados ao setor financeiro para pagamento sem estarem provisionados, e o setor financeiro de acordo com o documento fazia a baixa que acreditava ser correta.

Observa-se que atualmente o documento é conferido e provisionado pela própria contabilidade, que confere o lançamento realizado pelo setor solicitante antes de gravar, sendo que o setor financeiro só faz o pagamento de documentos provisionados.

Desta forma a contabilidade certifica que os lançamentos estão corretos tanto na provisão, quanto no pagamento.

4.3.8 Apropriação de seguros

As apropriações dos seguros são realizadas mensalmente com base no tempo que cada seguro cobre, nessa apropriação é lançado o valor que corresponde aquele mês com um crédito no ativo de seguros e débito na despesa.

Na entidade estudada, quando um seguro é lançado são preenchidos os dados da vigência do mesmo e as contas que serão usadas na transação de

controle dos seguros. Nessa transação o próprio sistema calcula as parcelas que serão baixadas mensalmente de acordo com os valores informados para cada apólice.

Sendo assim, o usuário não precisa estar controlando ou calculando os valores mensalmente de outra forma ou usar planilhas, somente executa a transação utilizada, e a mesma contabiliza de acordo com cada contrato de seguro lançado. Como essas apropriações são desenvolvidas de forma parametrizada, evita as chances de erros, em relação ao controle de forma manual.

4.3.9 Custos

Dentre os benefícios que a entidade buscou ao implantar o sistema SAP, destaca-se a integração da informação e o atendimento a demanda que a empresa tem em suas operações e movimentações de mercadorias.

Atualmente quando se cadastra um novo produto que a fábrica irá produzir, planeja-se todo o processo da construção, os materiais que serão usados e cada setor que irá passar até o produto estar acabado e pronto para ser distribuído às lojas da rede.

A medida que a peça vai sendo produzida e passando pelos setores, os mesmos fazem os apontamentos em tempo real da mão de obra e dos materiais utilizados na ordem de produção daquele produto.

Conforme informações dos usuários que participavam desse processo no sistema utilizado anteriormente, o apontamento do custo e mão de obra eram realizados de uma só vez, não permitindo o acompanhamento da ordem de produção no momento em que está em andamento.

No setor de custos, o funcionário responsável destacou que atualmente a apuração e as visões de custo são muito mais completas e melhores de se analisar, sendo que a rastreabilidade também é mais ampla, possibilitando os usuários uma visão da origem dos dados que chegam a contabilidade, permitindo tomada de decisões mais ágeis e seguras a partir das informações disponíveis.

4.3.10 Outras ferramentas

Além das ferramentas expostas acima a entidade utiliza outros métodos que são necessários para certificação e controle, realizados por outros meios.

4.3.10.1 Conferência do faturamento

As vendas da empresa reduzidas das devoluções de venda resultam no faturamento operacional da empresa. O faturamento escriturado nos livros de entradas e saídas deve ser o mesmo que o lançado na contabilidade, e na controladoria.

A entidade estudada faz uma conferência diária do faturamento das lojas da rede, visando certificar-se que os valores e impostos estão corretos e de acordo nas diferentes visões da contabilidade.

Essa validação parte do setor de ponto de venda – PDV que após a certificação diária da completa integração das vendas repassa ao setor financeiro. O setor financeiro por sua vez valida se todas as formas de pagamento estão de acordo com a movimentação integrada e repassa à contabilidade.

Na contabilidade, o setor fiscal, verifica se não há nenhuma venda ou devolução com erro e após a certificação, o mesmo gera planilhas de Excel através de uma transação do SAP que extrai os dados dos cupons fiscais e Nf's emitidas pela empresa, sendo que esta é a informação fiscal.

Após obter a informação fiscal, o setor contábil gera os razões das devidas contas contábeis e os compara em planilhas de Excel. Também verifica se os valores de impostos contabilizados estão de acordo com as devidas alíquotas. Quando o mês é encerrado o setor de controladoria verifica o faturamento após o setor contábil ter fechado com as visões de custo.

Essa certificação garante a confiabilidade do faturamento registrado na escrituração fiscal e nos registros contábeis, visto que os dois devem demonstrar a real situação e deve ser uniforme em todas as visões.

4.3.10.2 Conferência das entradas de imobilizado

O ativo imobilizado compreende os bens necessários para a execução e manutenção da atividade da empresa, tais como: edifícios, máquinas e demais equipamentos.

Todas as notas de entrada após o movimento do dia ser fechado são repassadas ao setor financeiro, que verifica as formas de pagamento das mesmas com o a pagar do controle financeiro via sistema, estando correta a movimentação a mesma é devolvida a contabilidade, ao setor fiscal.

O setor fiscal por sua vez, identifica todas as notas de imobilizado e repassa à funcionária responsável pelo patrimônio no setor contábil, no qual a mesma valida a entrada dessas notas, observando se a contabilização foi realizada de maneira adequada e se estão devidamente registradas no imobilizado.

Esta validação garante que as entradas de imobilizado estejam devidamente registradas e alinhadas na contabilidade e no controle do patrimônio, evitando que contabilizações incorretas sejam efetuadas, ou que algum bem esteja na escrituração fiscal e não esteja em conta contábil de patrimônio.

4.4 PROPOSTA DE MELHORIAS NAS FERRAMENTAS UTILIZADAS PELA EMPRESA

Diante das ferramentas apresentadas, busca-se propor as melhorias necessárias identificadas pelos usuários das mesmas.

4.4.1 Melhoria na conciliação das contas contábeis

A ferramenta de conciliação e compensação oferecida pelo sistema SAP torna a conciliação mais rápida e eficiente, sendo que algumas contas são compensadas manualmente e outras que possuem uma movimentação maior automaticamente.

Observa-se, que seria possível e viável automatizar a compensação de outras contas além daquelas que são automatizadas, pois essas são poucas. As contas envolvidas nas contabilizações de folha são um exemplo, como salários,

INSS e FGTS, essas possuem uma movimentação considerável devido ao número de lojas que a entidade possui.

Na figura 6, observa-se que na conta de salários a pagar poderia se utilizar as seguintes regras de compensação: campo de atribuição que indica o período da folha, local de negócio que indica a filial, e se a movimentação tem saldo zero dentro da data selecionada na transação.

Figura 6 - Conta salários a pagar

Conta do Razão		211180 SALÁRIOS A PAGAR												
Empresa		1000												
St	Empresa	Nº doc.	Tipo	CL	CE	D/C	Atribuição	Razão	Período	Dt.lçto.	Cen.	LNeg	DocCompens.	Texto
	1000	3100003854	FP	40		S	03/2016	211180	3	31.03.2016		D069	101361896	LIQUIDO FOLHA-MAR/2016
	1000	3100003855	FP	40		S	03/2016	211180	3	31.03.2016		D069		LIQUIDO FOLHA-MAR/2016
	1000	3100004299	FP	40		S	03/2016	211180	3	31.03.2016		D069		FOLHA DE PGTO COMPETÊNCIA 03/2016
	1000	3100004299	FP	40		S	03/2016	211180	3	31.03.2016		D069		FOLHA DE PGTO COMPETÊNCIA 03/2016
	1000	3100004299	FP	50		H	03/2016	211180	3	31.03.2016		D069		FOLHA DE PGTO COMPETÊNCIA 03/2016

Fonte: Dados da empresa pesquisada (2016)

Observa-se que a característica da movimentação dessa conta é finalizar a operação com saldo zero, pois todos os lançamentos provisionados serão pagos, assim como as outras contas semelhantes. Esta movimentação seria passível de compensação automática, desde que obedecendo as devidas regras cadastradas para cada conta.

4.4.2 Melhoria nas entradas das notas fiscais

Em relação às entradas das notas fiscais, conforme questionado a uma das funcionárias desse setor, que também está localizado na contabilidade, verificou-se duas melhorias a serem aplicadas que trariam benefícios a rotina do setor.

Demonstra-se que em regra nenhuma mercadoria pode ser recebida pela empresa sem que o setor de entrada de notas verifique a nota fiscal. No entanto, ocorre que em determinadas circunstâncias é solicitado a um funcionário da própria empresa que compre materiais e o mesmo retorne com o objeto adquirido para atender a necessidade dos setores.

Desta forma o funcionário compra os materiais e ingressa com eles na empresa, sem que antes seja autorizado pelo setor de entrada de notas. Esta

operação pode acarretar entrada de notas sem pedido, requisição ou até mesmo com dados incorretos, sendo que se a nota fiscal estiver incorreta, só será constatado na hora que a nota estiver para ser lançada.

Para eliminar essa possibilidade, sugere-se um melhor planejamento dos setores em suas necessidades, para não existir ou reduzir esse tipo de compra. Visto que mesmo planejando ainda existem casos de extrema necessidade, neste caso o funcionário da empresa responsável por comprar e trazer a mercadoria deve ter a obrigação de repassar a nota fiscal para verificação assim que chegar na empresa, pois se houver algo incorreto será constatado em tempo hábil para a devida correção.

Atualmente na entidade estudada, alguns setores fazem suas próprias compras em determinados materiais, como exemplo o setor de informática que compra seus equipamentos e o setor de manutenção compra suas peças.

Dessa maneira o setor de entrada de notas tem pedidos e entradas de diferentes setores da organização, sendo que este fator torna a sua comunicação trabalhosa com os mesmos.

Percebe-se, que centralizar as compras e deixar somente o setor de compras responsável por todas as entradas da empresa tornaria a operação ágil e uniforme nas entradas de notas fiscais, sendo que tudo seria tratado com os mesmos funcionários, facilitando a comunicação e tornando o processo seguro. Ressalta-se que atualmente os outros setores precisam conciliar essas compras com sua atividade rotineira, enquanto ao centralizar têm-se o setor de compras dedicado exclusivamente a este fim.

4.4.3 Melhoria para o bloqueio de lançamentos incorretos

Como vimos nas ferramentas apresentadas, a transação de lançamentos manuais não permite a gravação de um lançamento se o mesmo não tiver com conta da despesa ou custo de acordo com o centro de custo informado no lançamento.

As contas contábeis de resultado não são passíveis de compensação, visto que não possuem um lançamento para concluir a operação, a não ser o zeramento para o encerramento do exercício, desta forma, essas contas não são conciliadas e compensadas como as contas de ativo e passivo.

Além do bloqueio que existe na transação citada, sugere-se a inclusão de mais uma regra para as contas de resultado, uma validação que não permita lançamentos de origem duvidosa, ou seja, para contas de despesa somente lançamentos a débito, e para contas de receita somente lançamentos a crédito, salvo se o lançamento for uma exceção e necessite ser efetuado para uma correção, nesses casos a contabilidade é que deve analisar e liberar a contabilização.

Essa validação evitaria lançamentos incorretos, já que as contas de resultado não são compensáveis e lançamentos manuais são realizados por outros setores além do setor contábil.

4.4.4 Melhoria na conferência do faturamento

Atualmente o faturamento é conferido em planilhas de Excel, o setor fiscal gera as planilhas com as vendas e devoluções de determinado período por meio de uma transação do próprio sistema, e repassa ao setor contábil para que o mesmo se certifique da exatidão dos valores contabilizados.

Na validação contábil, a funcionária gera o razão de cada conta para comparar com o fiscal, conta de venda, devolução de venda, PIS, COFINS e ICMS, para comparar os impostos contabilizados a mesma aplica a alíquota sobre as bases e compara no Excel os valores totalizados por filial.

Como a empresa possui um grande número de lojas e uma grande movimentação diária de faturamento, essas transações demandam tempo para serem geradas e os números analisados na planilha montada no Excel.

Desta forma, seria viável uma transação, ou um relatório que buscasse os dados dentro da base do sistema, comparando as vendas, devoluções de venda e seus impostos na escrituração fiscal e na contabilidade, levando em consideração a filial e o período gerado.

Esta ferramenta traria economia no trabalho empenhado nessa validação, pois apontaria possíveis diferenças existentes no faturamento, sem que essa informação precise ser montada no Excel.

4.4.5 Melhoria na conferência da movimentação do ativo imobilizado

Conforme vimos nos procedimentos apresentados, o setor fiscal ao verificar que existem notas de entrada de ativo imobilizado, as separa para passar ao setor de patrimônio que faz a conferência da contabilização das mesmas e valida se as notas constam no controle de imobilizado.

Visto que essa conferência é realizada manualmente, observa-se a necessidade de um relatório, que demonstre além das entradas, também toda a movimentação do imobilizado nas diferentes visões da contabilidade, um relatório que busque as movimentações registradas no fiscal, as registradas nas contas contábeis dos bens imobilizados e também os registros efetuados no controle de patrimônio.

Desta forma o próprio setor de patrimônio poderia analisar e verificar as movimentações efetuadas nas diferentes visões, sem que haja possibilidade de esquecimento por passar a ser um processo automatizado e eliminando a possibilidade de estar em desacordo ou ter um tratamento inadequado em qualquer visão da contabilidade e da empresa, visto que a movimentação de bens e equipamentos do imobilizado é considerável, para atender a demanda da empresa e das suas lojas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A auditoria tanto externa como interna, trabalham para um mesmo fim, a certificação e adequação dos processos utilizados pelas entidades.

Nota-se que a auditoria vem passando por um momento de expansão em sua história, visto que seu trabalho ganha espaço na gestão, auxiliando na prevenção de perdas, e identificando dados incorretos.

Os controles internos por sua vez, tem a função de examinar os processos da atividade da empresa, trazendo confiabilidade aos registros contábeis e maior segurança na informação examinada pelos administradores, contadores e diretores da organização.

Diante desse cenário de certificação, controles e ferramentas de validação, os sistemas integrados enquadram-se de maneira relevante na realidade da empresa, sendo que toda ferramenta de certificação e conferência é útil e válida para uma maior segurança nos resultados e nas detecções de erros e fraudes, atendendo a demanda das organizações.

A empresa estudada utiliza o sistema SAP, sistema esse que é reconhecido por sua completa integração e capacidade de demonstrar os dados no tempo real em que acontecem. Utilizado na maior parte por empresas de grande porte o SAP vem mostrando que é um ERP voltado principalmente para uma gestão competente das operações industriais e empresariais, atendendo a demanda e as particularidades que cada entidade e sua atividade exigem.

O trabalho objetivou fundamentar auditoria externa, auditoria interna e controles internos, abordando também os procedimentos de controle utilizados pela entidade via ERP, propondo as melhorias necessárias aos mesmos de acordo com o levantamento apresentado.

A fundamentação teórica foi apresentada no capítulo 2, destacando o conceito, as características, e os principais pontos teóricos necessários para a compreensão do tema abordado, conforme buscava o primeiro objetivo do trabalho realizado.

No estudo de caso apresentado no capítulo 3, foram alcançados os outros dois objetivos específicos e o objetivo geral do trabalho, que buscavam evidenciar os procedimentos utilizados via ERP pela empresa estudada, identificando e propondo as melhorias necessárias a serem aplicadas.

Ao final deste estudo pudemos relacionar e conhecer alguns dos procedimentos de validação utilizados pelo setor contábil da entidade estudada, visto que foi proposto melhorias onde se achou necessário e útil, dentro da realidade da empresa e da rotina de trabalho dos funcionários entrevistados, destacando-se que a entidade esta sempre aberta à melhoria e segurança em seus processos.

Enfim, ressalta-se que os controles internos não possuem uma regra, ou um manual a ser seguido em sua implantação, eles são adaptáveis a realidade da entidade e buscam trazer confiabilidade e monitoramento das suas operações, sendo de grande valia aos que respondem pela exatidão dos processos realizados e aos interessados no melhor resultado que a empresa possa apresentar.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes; BARRETTO, Pedro Humberto Teixeira. **Auditoria Contábil: Enfoque teórico, normativo e prático**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- ATTIE, William. **Auditoria interna**. São Paulo: Atlas, 1992.
- ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. São Paulo: Atlas, 1998.
- ATTIE, William. **Auditoria interna**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- ATTIE, William. **Auditoria: Conceitos e aplicações**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- BUCKHOUT, Scoot. FREY, Edward. NEMEC, Joseph. **Por um ERP eficaz**. HSM Management. p. 30-36, set./out. 1999.
- CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público**. São Paulo: Atlas, 2013.
- CHERMAN, Bernardo. **Auditoria, externa, interna e governamental**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2005.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1998.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: teoria e prática**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- DAVENPORT, Thomas H. **Putting the enterprise into the enterprise system: Harvard business review**. p. 1221 – 1231, jul./ago. 1998.
- FERNANDES, Gabriela Costa, et al. **Sindicato dos trabalhadores nas indústrias do vestuário e calçados de Criciúma e região**. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/index.php/amicus/article/view/580/567>>. Acesso em: 27 de Abr. 2016.
- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Economia de Santa Catarina é rica e diversificada**. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/economia>>. Acesso em: 26 abr. 2016.
- HOOG, Wilson Alberto Zappa; **Filosofia aplicada à contabilidade**. 1. Ed. Curitiba: Juruá, 2007.

HOOG, Wilson Alberto Zappa; CARLIN, Everson Luiz Breda. **Manual de auditoria contábil das sociedades empresárias: de acordo com o novo Código Civil – Lei 10.406/02**. 2. Ed. Curitiba: Juruá, 2008.

HOOG, Wilson Alberto Zappa; CARLIN, Everton Luiz Breda. **Manual de auditoria contábil: de acordo com as leis 11.638/07 e 11.941/09**. 3. Ed. Curitiba: Juruá, 2009.

JUND, Sergio. **Auditoria: conceitos, normas técnicas e procedimentos**. Rio de Janeiro: Impetus, 2001.

JUNG, Carlos Fernando. **Metodologia para pesquisa & desenvolvimento: aplicada as novas tecnologias, produtos e processos**. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2004.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2009.

MIGLIAVACCA, Paulo Norberto. **Controles internos nas organizações**. São Paulo: Edicta, 2004.

MOSCOVE, Stephen A. SIMKIN, Mark G. BAGRANOFF, Nancy A. **Sistemas de informações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2002.

O'BRIEN, James A. **Sistemas de informação e as decisões gerenciais**. tradução Célio Knipel Moteira, e Cid knipel Moreira. 2 ed. São Paulo: 2004.

OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de. **Sistemas de informação: um enfoque gerencial inserido no contexto empresarial e tecnológico**. São Paulo: Érica, 2000.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Sistemas de informações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2002.

PAULA, Maria Goreth Miranda Almeida. **Auditoria interna – embasamento conceitual e suporte tecnológico**. São Paulo: Atlas, 1999.

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento de sistemas de informação e informática**. São Paulo: Atlas, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernandez. COLLADO, Carlos Fernandes. LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia da pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Mc Graw Hill, 2006.

SANTA CATARINA. SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. . **Santa Catarina em Números: têxtil e confecção**. 2010. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/Texti-e-Confeccao.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

SANTA CATARINA. FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. . **SANTA CATARINA EM DADOS: 2014**. 24. ed. Florianópolis: FIESC, 2014. 192 p.

PORTAL DE AUDITORIA. Controles Internos. Disponível em:
<[http://www.portaldeauditoria.com.br/tematica/auditoriagerencial_controlesinternos.h
tm](http://www.portaldeauditoria.com.br/tematica/auditoriagerencial_controlesinternos.htm)>. Acesso em: 14 abr. 2016.